

## Notas iniciais sobre solenidades cívicas em Aracaju no pós-torpedeamentos de 1942

*Initial notes on civic ceremonies in Aracaju following the torpedo attacks of 1942*

Dilton Cândido Santos Maynard\*

Paula Tavares de Souza Santos\*\*

**Resumo:** Este artigo apresenta um estudo sobre algumas das principais solenidades cívicas realizadas em Aracaju no período posterior aos torpedeamentos às embarcações brasileiras pelo submarino alemão *U-507*, em agosto de 1942. Entre elas, destacam-se a Semana da Pátria, Semana de Caixas, aniversário do Estado Novo e 1º de Maio. Para o levantamento de fontes, foram consultados os seguintes periódicos sergipanos: *Correio de Aracaju*, *Folha da Manhã* e o *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. A leitura de autores como Tânia Regina de Luca, Antoine Prost e Eric Hobsbawm possibilitou uma interpretação mais ampla para compreensão das fontes impressas. Com base nos periódicos, foi possível identificar o uso dos meios de comunicação como instrumento de difusão ideológica e de legitimação do governo varguista, bem como as providências adotadas para a promoção de eventos em apologia ao Estado Novo.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra Mundial; Estado Novo; Aracaju; Solenidades Cívicas

**Abstract:** This article presents a study on some of the main civic ceremonies held in Aracaju, the capital of the state of Sergipe, in northeastern Brazil, during the period following the torpedoing of Brazilian vessels by the German submarine *U-507* in August 1942. Among these events, the most notable are the Week of the Nation, the Fundraising Week, the anniversary of the *Estado Novo*, and Labor Day. To collect primary sources, the following newspapers from Sergipe were consulted: *Correio de Aracaju*, *Folha da Manhã*, and the *Official Gazette of the State of Sergipe*. The works of authors such as Tânia Regina de Luca, Antoine Prost, and Eric Hobsbawm provided a broader interpretative framework for understanding the printed sources. Based on the newspapers, it was possible to identify the use of the media as an instrument for the dissemination of ideology and the legitimation of the Vargas regime, as well as the measures adopted to promote events that extolled the *Estado Novo*.

**Keywords:** World War II; Estado Novo; Aracaju; Civic Ceremonies.

---

\* Professor do PROFHISTÓRIA e do Departamento de História da UFS. Colaborador do PPGHC/UFRJ, líder do GET/UFS/CNPq e bolsista de produtividade CNPq. E-mail: [dilton@getempo.org](mailto:dilton@getempo.org).

\*\* Graduada em História licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do GET/UFS/CNPq Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: [paula@getempo.org](mailto:paula@getempo.org)

## Introdução

A pesquisa *Transformações no cotidiano de Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial*, desdobramento de projetos apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) através de chamadas públicas de ambas as agências (respectivamente Edital 01/2024 e Edital 10/2023), analisou as mudanças sociais relacionadas ao dia a dia da capital do estado de Sergipe, no nordeste brasileiro, após o ataques do submarino alemão U-507 às embarcações nacionais em agosto de 1942, evento que precedeu a declaração de guerra do Brasil ao Eixo.

Até então, para muitos aracajuanos, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) era vista como algo distante de suas realidades, uma guerra no exterior. Entretanto, os efeitos da guerra longínqua puderam ser vistos nas areias das praias sergipanas entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942, quando o *U-507* torpedeou os navios *Baependy*, *Araraquara*, *Anibal Benévolo*, *Itagiba* e *Arará*, entre Bahia e Sergipe. Conforme Maynard (2021), a tragédia sofrida mostrou aos aracajuanos que a guerra estava mais perto do que imaginavam. Muitos moradores tiveram a dimensão dos horrores vividos no mar, quando corpos, destroços das embarcações e sobreviventes foram avistados chegando às praias da cidade.

Neste artigo, apresentamos um estudo sobre algumas das principais solenidades cívicas realizadas em Aracaju no imediato pós-torpedeamentos, a saber: Semana da Pátria, Semana de Caixas, aniversário do Estado Novo e 1º de Maio. Para o levantamento de fontes, utilizamos os seguintes periódicos sergipanos: *Correio de Aracaju*, *Folha da Manhã* e o *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Os jornais selecionados foram organizados conforme modelo de ficha-padrão do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET), contendo os seguintes dados: catalogação das notícias (numeração, título, página, nome do jornal, autoria, local, data e nome da bolsista); transcrição da notícia; comentários e considerações escritas pela bolsista e discutidos com o orientador.

Sobre a análise de periódicos, Tânia Regina de Luca (2008) destaca a importância da imprensa como fonte na produção do conhecimento histórico. Essa ampliação possibilitou que a imprensa assumisse seu papel como objeto de pesquisa histórica e elemento para análise de múltiplos aspectos da vida social e política. De acordo com De

Luca, é necessário problematizar o periódico e não o tratar como um reflexo da realidade de seu tempo. Nesse sentido, é importante considerar o contexto político e histórico no qual os jornais sergipanos estavam inseridos.

Além disso, De Luca também ressalta a importância de compreender as razões e critérios que levam uma informação a ser escolhida e publicada. É preciso atentar-se ao espaço que a notícia ocupa no jornal e analisar o posicionamento do corpo editorial na construção das manchetes e narrativas, sempre lembrando que, conforme pontua Antoine Prost (2008), um dos ofícios do historiador consiste em tratar os testemunhos voluntários como se fossem involuntários a fim de questioná-los sobre algo que pretendiam exprimir. Desse modo, é fundamental que o historiador esteja pronto para criticar o documento, concentrando-se na análise da sua intencionalidade.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil estava sob o controle do regime ditatorial instaurado pelo presidente Getúlio Vargas, o Estado Novo (1937-1945). Nesse período, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) exerceu rigoroso controle dos meios de comunicação de massa a fim de legitimar o governo e censurar os discursos considerados desfavoráveis ao regime.

A leitura dos periódicos também permitiu identificar os discursos promovidos pelo regime autoritário do Estado Novo e constatar o papel dos meios de comunicação como instrumentos de difusão ideológica e legitimação do poder. A censura e a exaltação ao governo eram realizadas nos jornais graças ao trabalho coordenado pelo DIP.

Após o exame das fontes, pôde-se identificar como a guerra interferiu na vida dos aracajuanos e não se limitou aos torpedeamentos. O Estado buscou preparar a economia para enfrentar a situação de guerra, como também reforçou a segurança contra possíveis novos ataques. O policiamento foi ampliado, *blackouts* provisórios foram instaurados e o racionamento de produtos básicos estabelecido.

Do escuro dos *blackouts* às luzes das salas de cinema, a guerra tomou conta da vida dos aracajuanos. Os filmes hollywoodianos revelavam o cenário de guerra, até então desconhecido, para grande parte da população, trazendo às telas tanto os *fronts* (ora asiático, ora europeu ou africano) quanto os inimigos da pátria. Desse modo, os efeitos da guerra distante foram sentidos das mais diversas formas: estavam nos alimentos racionados, estavam nas telas dos cineteatros e estavam nas águas do litoral sergipano.

## O Estado Novo, solenidades cívicas e cotidiano

Após o golpe de Estado em 10 de novembro de 1937, o comando do país permaneceu nas mãos de Vargas que, como ditador e com poderes concedidos por uma nova Constituição de inspiração fascista, realizou um governo marcado por um sistema centralizador, autoritário e nacionalista vigente entre 1937 e 1945. Para o *brasilianista* Thomas Skidmore (2010), o Estado Novo foi um estado híbrido, carente de base ideológica consistente, mas também independente do apoio da sociedade brasileira para a sua manutenção.

Exercendo a tutela do governo autoritário e contando com a desarticulação dos poderes, Vargas determinou que os estados passassem a ser dirigidos por interventores federais, os quais deveriam manter perfeita sintonia com as diretrizes do regime. No período da guerra, Sergipe foi governado pelo

Interventor<sup>1</sup> Augusto Maynard Gomes (1886-1957), um coronel do exército conhecido por ter liderado a revolta tenentista (1924) no estado. Em nota dedicada a Maynard, o *Folha da Manhã* elogiou o trabalho do interventor:

Dizer o que tem sido a atuação do ilustre homem político e brioso militar frente aos destinos da gleba sergipana é cousa que não se faz mister. [...] pelo espírito doente e um dos partidários estreitos, certo, não desconhecerei a obra patriótica que vem realizando na sua terra natal o interventor Maynard. (*Folha da Manhã*. Aracaju, 26 de abril de 1944, p.1).

Além disso, o regime também investiu esforços para estruturar o setor que uniformizasse a produção de material informativo, propagandístico e cultural difundida para a população a fim de que estivessem de acordo com as doutrinas pregadas pelo Estado Novo. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigido por Lourival Fontes (1899-1967), foi responsável por supervisionar e censurar as manifestações culturais e atividades de comunicação na rádio, nos cinemas e na imprensa escrita. O DIP

---

<sup>1</sup> No período do Estado Novo, Sergipe teve 3 interventores federais: Eronides Ferreira de Carvalho exerceu a Interventoria Federal até 30 de junho de 1941, sendo sucedido pelo militar Milton Pereira de Azevedo, que governou até 27 de março de 1942. Em seguida, Augusto Maynard Gomes reassumiu o cargo, permanecendo até 27 de outubro de 1945. Sobre isto ver MAYNARD, Andreza S.C.; BARBOSA, Caroline Alencar; MAYNARD, Dilton C. **Segunda Guerra: Histórias de Sergipe**. Recife: EDUPE, 2016.

também atuou como órgão responsável pela propaganda de legitimação do governo e exaltação da brasilidade, do civismo e da figura do próprio Getúlio Vargas.

Na análise das fontes, é possível identificar a vigilância e censura impostas à imprensa sergipana. No jornal *Correio de Aracaju*, por exemplo, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), trouxe o seguinte aviso:

Reiterando avisos anteriores, chama atenção dos senhores proprietários de tipografias, empresas editoras e impressoras, para o fato de que nenhuma impressão, impressão ou distribuição de avulsos, folhas volantes, manifestos, discurso, etc, é permitido sem o prévio conhecimento e o “visto” do DEIP, de conformidade com as instruções de regulamentação aprovadas pelo DIP ficando as contraventores sujeitos a penalidades previstas pela lei. (*Correio de Aracaju*. Aracaju, 18 de dezembro de 1943, p.4)

Pelo que pode ser observado, o governo varguista ocupou-se com a manutenção de um sistema que o legitimava e também fomentou a ideia de identidade nacional. Os periódicos sergipanos costumavam enaltecer as autoridades governamentais. No caso do presidente Getúlio Vargas, ele era apresentado como o comandante cheio de carisma, que atendia às necessidades do povo. O *Folha da Manhã* chegou a publicar uma nota classificando o “Getulismo” como sinônimo de brasilidade:

Getulismo não é uma propaganda política, ou uma concentração de simpatias partidárias [...] Brasilidade e getulismo, no sentido que se usa, e que está bem compreendido pelos espíritos sinceros e leais a pátria, vem a ser o mesmo, compreendida também a palavra “brasilidade” no seu sentido puro, e não torcido ao sabor de reformistas teóricos, influenciados pelas próprias convicções e paixões. (*Folha da Manhã*. Aracaju, 1 de outubro de 1942, p.3)

Neste contexto, segundo o historiador Francisco Carlos Martinho, as relações entre o Estado e a sociedade podem ser divididas em dois momentos: o primeiro, de 1937 a 1942 e o segundo momento “corresponde àquele no qual o Estado Novo busca a adoção de uma política de massas que se preparava para a transição democrática, visando a permanência de Vargas no poder” (Martinho, 2022, p.414).

Em 5 de dezembro de 1942, o *Diário Oficial* noticiou a chegada de novos documentos educacionais na biblioteca pública da cidade. Em sua maioria, o acervo era composto de livros com temática dedicada a assuntos sobre a política, mais

especificamente, coisas do Estado Novo. Entre a “remessa preciosa” de livros, encontrava-se: *Nacionalismo, expressão da vida brasileira* por Arlindo Dummond Costa; *Os subúrbios cariocas no regime do Estado-Novo* por Henrique Dias da Cruz e *Lições de filosofia do direito* por Dr. Jônatas Serrano.

Já no dia 9 de dezembro de 1942, o mesmo jornal informou que o DIP havia distribuído alguns volumes de “Menção honrosa no concurso de monografias instituído pelo mesmo departamento no decênio da Revolução Brasileira de que resultou o Estado Novo”, sendo eles: *O Brasil de ontem e o Brasil de hoje*, por J. De Matos Ibiapina; *A Revolução de 30 e o município*, por Manellick de Carvalho e *A força nacionalizadora do Estado Novo* por D. Mercedes Dantas. Conforme a nota emitida pelo Diário Oficial, Dantas foi uma “distinta educadora patricia que esteve nesta capital em 1930, em missão de caráter cultural, interessada em estabelecer uma certa coesão entre as professoras do Norte e do Sul em prol das altas finalidades do ensino”.

Segundo Severino Uchôa, em nota publicada no *Folha da Manhã*, em 26 de setembro de 1942: “O novo critério de educação difundido no país vem preparando uma geração laboriosa capaz de acionar as nossas riquezas naturais e dar ao Brasil ritmo de prosperidade ambicionado pelo Estado Novo”. Assim, é imprescindível destacar que o governo varguista via com urgência a necessidade de construir e afirmar os valores da “brasilidade”.

Dulce Pandolfi (1999), observou que, para forjar o sentimento de identidade nacional e consequentemente fortalecer o Estado Nacional, o regime investiu num projeto de cultura e educação do povo brasileiro. Dessa forma, houve a cooptação por parte do Estado de quadros da intelectualidade brasileira para construção de tais valores a fim de unificar as massas populares e instigar o sentimento nacionalista. A realização de eventos, entre eles solenidades cívicas, funcionou como estratégia recorrente para consolidar uma visão “patriótica”, sacralizada e “redentora” do regime.

A seguir, analisamos algumas dessas solenidades escolhidas pelo Estado Novo para a exaltação do regime, discutindo as especificidades de suas ocorrências em Aracaju num contexto de trauma provocado pelos torpedeamentos de agosto de 1942 e tudo o que os afundamentos de navios, vítimas fatais e naufragos em praias sergipanas provocaram no cotidiano da capital do estado.

## A Semana de Caxias de 1942

Não obstante os ataques sofridos com a ofensiva alemã, Aracaju apresentou esforços para continuar com as programações de agosto de 1942. É que nos dias que antecederam aos torpedeamentos, a capital organizava os preparativos para a “Semana de Caxias”, inclusive com feriado definido para o dia 25 de agosto.

Pelo que as fontes indicam, o feriado evocou nos moradores um sentimento de defesa nacional provocado principalmente pelo luto e desejo de vingança em nome dos patrícios falecidos no mar. Incubidos de alimentar a noção de unidade nacional em defesa do país, os jornais da época investiram em notas evocando o passado a partir da figura do Duque de Caxias (1803-1880): “Nos dias difíceis e atribulados em que vivemos, quando o inimigo ousado nos ataca covardemente, chegando ao ponto de penetrar, às escondidas, nas nossas próprias águas, para torpedear nossos barcos, é bom que evoquemos a figura espartana de Caxias e, apresentamo-la a nossa mocidade”, assim destacou o *Folha da Manhã*, no dia 25 de agosto de 1942.

Para Eric Hobsbawm (1998), o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O uso do passado, nesse contexto, foi utilizado como estratégia política a fim de evocar a “figura espartana de Caxias”, que se encontrava no passado, e fornecer de modelo a ser seguido pela pelos jovens do presente. À mocidade, vista como base do futuro nacional, atribuía-se a missão de conduzir o país, o que demandava o reforço dos laços cívicos e a intensificação do patriotismo. Conforme o *Folha da Manhã*:

O seu exemplo é apontado às novas gerações. A sua palavra de brasilidade é repetida aos homens e aos moços desta hora. [...] Caxias, o Duque de Ferro, a Espada do Império, o defensor do Brasil, mais do que nunca, precisa de ser lembrado agora que o Exército foi barbaramente alvejado pela pirataria do eixo. E dessa evocação devemos todos tirar uma lição muito viva, muito palpitante e muito atual: o sacrifício pela Pátria. (Folha da Manhã. Aracaju, 20 de agosto de 1942, p. 4).

No Educandário Jackson de Figueiredo, ocorreu uma reunião festiva com o corpo docente e discente da instituição. Segundo o *Folha da Manhã*, “falaram vários oradores, foram inaugurados os retratos do Duque de Caxias e do Presidente Vargas”. Além disso, também enviaram ao Presidente Vargas o seguinte telegrama: “[...] O Brasil firme



obedecerá a voz seu chefe, certo vossência [sic] o guiará Vitória, prosperidade, sobrevivência dos infames ataques e lutaram alma nacional”, assim relatou o *Folha da Manhã*, no dia 26 de agosto de 1942.

O jornal registrou ainda que, naquele mesmo dia, ocorreu o hasteamento da bandeira ao som do hino “Duque de Caxias”, cantado pelos militares do Batalhão de Caçadores (28º B.C), além de um desfile organizado pelas ruas da cidade. Mais tarde, no salão de festas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, foi realizada uma reunião na qual houve discurso do Major Roberto Deolindo Santiago, representante do 28º B.C.

### **A Semana da Pátria de 1942**

Outro evento realizado em 1942 foi a Semana da Pátria, marcada por um tom sombrio, afinal, a cidade ainda sentia o luto por aqueles que haviam morrido no ataque de agosto. Ao mesmo tempo, os jornais, sob tutela do DEIP, utilizaram-se do trágico ataque para fortalecer a noção de unidade nacional. Conforme anunciou o *Folha da Manhã*, no dia 2 de setembro de 1942: “Os festejos cívicos da Semana da Pátria começaram com um brilhantismo raro, desusado, brilhantismo de que só as solenidades patrióticas conseguem se revestir. [...] Quanto mais sombrio o momento, mais atribulada a hora da Pátria, tanto maior e mais acrisolado o civismo brasileiro”.

Na manhã do dia 5 de setembro de 1942, algumas instituições de ensino da capital desfilaram pelas ruas da cidade ao som das bandas do 28º B.C, Força Policial e Ginásio Salesiano. Para o *Correio de Aracaju*: “A grande parada dos estudantes foi uma apoteóse ao espírito de civismo dos brasileiros, que não esmorece ante agressão e barbaria”.

Não obstante a situação vulnerável que o país se encontrava, as comemorações seguiram o cronograma. O *Folha da Manhã*, no dia 9 de setembro de 1942, concluiu que “o 7 de setembro deste ano de 1942, parece, foi celebrado, apesar das apreensões que inquietam no momento a pacata gente do Brasil”. Ao que tudo indica, as comemorações cívicas daquele ano foram mais modestas, afinal, era difícil comemorar quando a cidade havia testemunhado atos tão desumanos.

Por sua vez, as notícias sobre a Semana da Pátria nos anos seguintes à declaração brasileira de guerra adotaram um tom distinto. Passaram a evocar com mais gracejo o



passado vitorioso do país, projetavam um futuro promissor e enalteciam com fervor a figura de Vargas. Conforme o já mencionado *Folha da Manhã*, a *Semana da Pátria* apresentava:

“[...] a patriótica finalidade de evocar o nosso passado histórico, com as suas tradições gloriosas, tradições cívico-religiosas, que nos legaram os nossos antepassados. E afervorar no coração da mocidade de agora aquele mesmo sentimento patriótico que encheu a alma viri dos nossos avoengos, quando nos primeiros dias da descoberta começaram a construir a grande pátria que, honra e glória das Américas, Cabral descobriu. (Folha da Manhã. Aracaju, 4 de setembro de 1943, p.3)

É válido mencionar Hobsbawm (1997), que lembrou como muitos movimentos nacionalistas fazem da história matéria-prima no processo de fabricar “nações” historicamente recentes. Tais aspirações poderiam contribuir para a promoção da coesão social entre determinados grupos humanos. Nesse sentido, os ideólogos do Estado Novo priorizavam construir a identidade nacional, buscando na história vestígios de um passado vitorioso, que passaram a adquirir grande importância no presente. Datas comemorativas, como o dia da independência, possuíam inegável valor ao regime.

O *Folha da Manhã* descreveu a programação realizada em 8 de setembro de 1943. A juventude aracajuana marcou presença, houve uma parada militar seguindo as ruas da cidade, além da presença de componentes do governo, que discursaram à população presente nas proximidades do Palácio do Governo. Ainda segundo o jornal, as comemorações “Excederam mesmo à expectativa do povo que, muitas vezes, dominado por intenso ardor cívico, explodiu o seu entusiasmo em manifestações de justo regozijo [sic] na Praça Pública”.

Possivelmente devido à vigilância do DEIP, os jornais acentuavam com veemência a participação e espontaneidade do povo em participar das manifestações a favor do regime. Além disso, em datas como essas, publicavam discursos exaltando os componentes governamentais a fim de evidenciar o trabalho realizado pelo Estado Novo. Entretanto, a suposta espontaneidade ao participar de tais comemorações, parece antes ser fruto de uma construção cuidadosamente planejada do regime, algo forjado. Os desfiles eram organizados com antecedência, seguindo ordens rigorosas de apresentações. Exemplificando isso, Neto (2010), ao analisar as festividades cívicas promovidas por Pernambuco na gestão do Interventor Agamenon Magalhães, acentua o fato de a

propaganda oficial do regime reafirmar que a população estava presente espontaneamente, mostrando seu apoio e solidariedade ao regime. Contudo, o autor observa que isso não passava de mais uma estratégia do governo.

Em 1944, o *Correio de Aracaju*, informou o planejamento seguido para os desfiles daquele ano. Estiveram presentes as seguintes instituições de ensino: Colégio Estadual de Sergipe; Escola Normal Rui Barbosa; Ginásio N.S de Lourdes; Ginásio N.S Auxiliadora; Ginásio Tobias Barreto; Escola Industrial de Sergipe; Grupo Escolar Dr. Manuel Luiz; Grupo Escolar General Siqueira; Grupo Escolar Barão de Maroim; Grupo Escolar General Valadão; Educandário Jackson de Figueiredo; Instituto N.S da Salette e o Educandário N.S de Lourdes. Na mesma nota, diversas instruções foram transmitidas:

I - A's 15 e ½ horas, tôdas as unidades escolares deverão estar formadas no Parque Teófilo Dantas aguardando a ordem do desfile

II - A's 16 ½ horas, terá início o desfile, obedecendo ao seguinte itinerário, partindo da Escola Normal Rui Barbosa: — Ruas Itabaianinha, São Cristóvão, João Pessoa, Praça Fausto Cardoso, Rua pacatuba, até a Praça Camerino, de onde tomaram os seus respectivos destinos

III - Tôdas as unidades desfilarão em coluna por três com fila de treze de profundidade, devendo cada pelotão ter o seu comandante e um cerra fila

IV- Tôdas as bandeiras serão agrupadas de 3 em 3, na frente da coluna escolar

(Correio de Aracaju. Aracaju, 6 de setembro de 1944, p. 4).

Percebe-se a presença de dois componentes fundamentais para a ocasião: a ordem e a disciplina. Todos deveriam estar apresentáveis, respeitando as normas estabelecidas para o decoro do evento. Os movimentos, bandeiras, filas e disposições das instituições eram meticulosamente planejados para que nada fugisse ao padrão exigido. Além disso, o longo percurso seguido mostra a predileção pelas ruas mais movimentadas da cidade, a fim de atrair maior atenção dos moradores.

Os distintos eventos na semana da pátria, mesmo num contexto trágico como aquele dos dias imediatamente seguintes aos torpedeamentos de 1942, estiveram dedicados a enaltecer o regime, a reforçar suas promessas e a atacar os seus inimigos. Naquele momento, celebrar era também reafirmar o poder do Estado sobre o indivíduo e endossar a ideologia estadonovista.

Para sedimentar a ideia do regime salvador, nada melhor do que inscrever na história o dia da instauração do Estado Novo como o momento redentor. A seguir analisamos aspectos das celebrações do Estado Novo.

### 10 de Novembro de 1942

As edições de novembro revelaram o forte simbolismo nacionalista nas páginas dos periódicos, refletindo a ação do DIP, que incentivava discursos destinados a justificar e legitimar o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937. Para Levine (2001), a decisão de Vargas pelo golpe refletia sua convicção de que somente a manutenção de seu governo garantiria o desenvolvimento econômico e a integração nacional, além de assegurar a continuidade da sua gestão na presidência. Em busca dessa validação almejada pelo DIP, o *Diário Oficial* declarou:

O regime de 10 de novembro foi uma solução brasileira. Foi uma atitude nacional diante do conflito das ideologias, que procuravam, pela propaganda e pela violência, subverter as nossas instituições. O clima dessas ideologias era confusão e a desordem espiritual. O Brasil precisava de um governo de autoridade para suprir os fatores de desagregação, restabelecer a unidade nacional e conduzir a opinião e as energias construtoras, resolvendo os grandes problemas, como a grande siderurgia, a pesquisa do petróleo e de todas as nossas riquezas minerais [...] além das grandes iniciativas que o nosso crescimento industrial e agrícola está exigindo [...]. (Diário Oficial. Aracaju, 4 de novembro de 1943, p.7).

A nota justifica as ações realizadas pelo Presidente Vargas para a consolidação do golpe, afirmando não existir outra alternativa para o Brasil. O presidente é apresentado como a única figura capaz de sustentar um regime forte e resistir às ameaças à integridade nacional. A notícia também promoveu o enaltecimento de ações realizadas pelo governo varguista no desenvolvimento no setor agrícola e industrial.

Ainda nessa conjuntura de exaltação pública, a nota enfatiza especialmente os acordos celebrados entre Brasil e Estados Unidos durante a Guerra, com destaque para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), parceria firmada em setembro de 1940. Segundo Ferraz (2005), a CSN passou a representar simbolicamente o apoio beligerante do Brasil aos Aliados.

Em 9 de novembro de 1942, véspera de aniversário do golpe, afirmava-se comemoração e regozijo nacional, sob ordem da Delegacia Regional do Trabalho, em parceria com a Associação Comercial e dos sindicatos de empregadores, os estabelecimentos comerciais e industriais do estado fechavam suas portas às 12 horas, como informava o *Folha da Manhã*.

Na análise dos periódicos, é possível notar que o jornal *Folha da Manhã* apresentava diversas notas em apoio ao governo estadonovista. A propósito, com o objetivo de deixar explícito o posicionamento tomado pela direção do periódico, o jornal noticiou:

10 de novembro, como já acentuou notável estudioso, SALVOU O BRASIL DE UMA GUERRA CIVIL QUE ERA INEVITÁVEL. Os fatos são de ontem. Todo se lembra. FOLHA DA MANHÃ se associa às manifestações do povo brasileiro nesta data e cumprimenta preclaro Chefe do Governo que não mede sacrifícios e todos os esforços emprega pela prosperidade, grandeza e felicidade do Brasil. (Folha da Manhã. Aracaju, 9 de novembro de 1943, p.1).

Assim sendo, estando salvo o Brasil, era o momento de corrigi-lo, de consertá-lo. Era esta a tarefa de Vargas, era essa a missão do Estado Novo. As celebrações em torno do 10/11, mesmo em 1942, ocorreram com demonstrações esforçadas de apoio ao regime. O contexto da declaração de beligerância levou os organizadores das solenidades cívicas a redobram os esforços em seus trabalhos de exaltação. Foi assim, por exemplo, com eventos como aqueles definidos para o 1º de maio, o dia do trabalho.

### **1 de Maio - Dia do Trabalho**

Mais que uma celebração sobre as benesses do trabalho, durante o Estado Novo 1º de maio ganhou novos contornos, tornando-se palco para a propaganda política do regime. Na capital, o cronograma de atividades da ocasião era carregado de nacionalismo. Era um dia festivo por toda Aracaju e assim também deveria ser nas cidades do interior. Segundo o *Correio de Aracaju*, publicado em 3 de maio de 1943, o dia do trabalho começou com a parada trabalhista. Ao som da banda feminina de Alagoas, em passagem pela cidade, os cidadãos seguiram em direção ao Palácio do Governo. Na sacada do

edifício, encontravam-se o Interventor, Coronel Augusto Maynard Gomes, e demais autoridades federais e municipais.

Diante de uma multidão atenta, os discursos ressoavam com entusiasmo patriótico, carregados de palavras que buscavam incutir coragem e unidade nacional na audiência, reafirmando os ideais propagados pelo regime. Neto (2010) explica que quando reunidas, as multidões tornam-se os alvos ideais para desencadear a transmissão massiva de informações e estímulos. Essa ação promove uma avalanche de sentimentos e emoções nos indivíduos. Assim, ao retornarem às suas casas, as pessoas intuitivamente reproduzem os sentimentos vivenciados durante o evento promovido pelo regime.

Como resultado da tutela do DEIP sob a imprensa sergipana, os periódicos estavam recheados de notas reforçando a importância do trabalho e a valorização do operariado como o pilar da nação rumo ao progresso. Exemplo disso pode ser observado na publicação do *Folha da Manhã*:

Abandonados pelos poderes públicos, trabalhando sem garantias, vivendo ao léu da sorte quase sempre madrasta, quase sempre cruel, os operários, empregados, enfim, achavam nesse dia melhor oportunidade para expressar a sua revolta íntima, revolta das almas torturadas pelas forças da injustiça. Hoje, protegidos pelas leis sociais, com horas certas para o trabalho e salário compensador, os homens livres trabalhadores das nações amantes da liberdade e do direito, tem na data de 1 de maio um dia de contentamento, o qual comemoram, com festividades, empregados e empregadores, unidos fraternalmente pelos laços de uma política humana e bemfazeja. (*Folha da Manhã*. Aracaju, 30 de abril de 1944).

A nota alude a um tempo anterior ao Estado Novo. Uma das questões levantadas pelos ideólogos do regime foi destacar o contraste de tudo aquilo anterior ao novo regime como algo ultrapassado e obsoleto. Assim, poderiam afirmar que, com a chegada de Vargas ao poder, o Brasil passou a caminhar para o progresso, construindo valores de um país verdadeiramente civilizado. Portanto, nesse período, o trabalho passou a ser visto como um direito e dever do cidadão brasileiro.

Conforme Gomes (1999), foi a partir da Revolução de 1930, e especialmente durante o Estado Novo, que se identificou de forma mais incisiva a política de ordenação do mercado de trabalho e a materialização da legislação trabalhista, previdenciária e sindical. A autora argumenta que essas medidas foram integradas como parte de uma

estratégia político-ideológica de combate à pobreza, baseada na promoção do valor do trabalho:

Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação. (Gomes, 1999, p. 55).

Diante de tal perspectiva, no dia 30 de novembro de 1943, o *Folha da Manhã* noticiou um acontecimento inusitado que rapidamente chamou a atenção dos leitores:

“O Globo” noticia o seguinte: [...] apresentou-se um operário de macacão com uma jovem acompanhada de dois outros operários também de macacão que iam casar quando o escrivão, porém advertiu de que naqueles trajes não era possível realizar o casamento e levou-se à presença do juiz que possuía vez cientificou-os de que a majestade do ato exigia melhor apresentação. Redargiu o noivo que nem roupa para ele podia ser mais famosa do que seu macacão “símbolo do trabalho” mas o juiz objetou que assim não casava. (Folha da Manhã. Aracaju, 30 de novembro de 1943).

O relato destacou-se entre as demais notícias daquele dia. A princípio, nota-se que a data do acontecimento era muito próxima das festividades promovidas no sexto aniversário do Estado Novo. Voltemos ao caso.

Em momento algum a nota manifestou ressalvas, desagrado, reprovação ou críticas à escolha tomada pelo jovem. Pelo contrário, o jornal optou por relatar o acontecimento de forma “neutra”, destacando a sua fala, afinal, o rapaz afirmava com evidente orgulho que representava o trabalhador e desejava estar trajado com o seu macacão, “símbolo do trabalho”. Segundo Gomes: “O trabalho precisava ser visto como um ato de criação fundamentalmente humano; um ato de dignificação e espiritualização do homem, pelo qual ele se integrava à sociedade em que vivia.” (Gomes, 1999, p.59).

Como é possível perceber, em Aracaju o 1º de maio manteve inalterada a sua posição estratégica após agosto de 1942. Era preciso seguir cultivando os trabalhadores, reafirmando a união inabalável entre eles e o líder da nação, era preciso seguir negando divergências entre trabalhadores e patrões. As celebrações pelo dia do trabalho, segundo os jornais, se aproximavam de um momento de comunhão.

## Considerações finais

A análise dos periódicos permite afirmar que, no início do conflito, o Brasil sustentou publicamente uma postura de neutralidade em face à guerra que se desenrolava fora do território americano. Entretanto, com o ataque direcionado às embarcações brasileiras no litoral entre Bahia e Sergipe em agosto de 1942, afundando embarcações nacionais a poucos quilômetros da terra firme, o país entrou oficialmente no maior conflito mundial do século XX.

Sob o controle do Estado Novo, a imprensa brasileira viu-se atrelada aos interesses do regime, num contexto de controle oficial da divulgação das notícias locais e das manifestações artísticas e culturais via Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Entre as manifestações tuteladas pelo DIP e por seus satélites, os DEIPs, estavam as solenidades cívicas de apologia ao regime. Em Aracaju, mesmo no imediato pós-torpedeamentos, tais eventos foram carregados de menções positivas, manobras retóricas e entusiasmo com os valores do Estado Novo e com a figura do seu líder máximo, Getúlio Vargas.

Através dos periódicos, foi possível acompanhar a circulação das notícias, bem como as suas reações na população local. A análise de diferentes jornais, permitiu identificar a forma como as informações estavam dispostas nas páginas, revelando a intervenção da censura imposta pelo DIP. Percebemos também, atividades cotidianas, como o abrir e fechar das casas comerciais da capital sergipana, sendo alteradas inúmeras vezes devido à realização de solenidades cívicas.

O Estado Novo carecia de legitimidade e buscou obtê-la. Lançou mão de todos os recursos possíveis para construir uma base que sustentasse e defendesse o regime instalado em 10 de novembro de 1937. Utilizando o DIP e os DEIPs, o Estado Novo conseguiu inscrever no calendário as celebrações frequentes, em pequenos intervalos entre os meses do ano. Recorrer às solenidades cívicas foi um dos expedientes disponibilizados à ditadura liderada por Vargas para obter o apoio necessário para sobreviver por quase uma década.



## Referências

### Fontes

*Correio de Aracaju* (1942-1945)

*Diário Oficial* (1942-1945)

*Folha da Manhã* (1942-1945)

### Livros

FERRAZ, Francisco César. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEVINE, Robert M. Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOCHERY, Neill. Brasil: os frutos da guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. (in): PINSKY, Carla Bassanezi.(org). Fontes Históricas. 2.ed.- São Paulo. Editora Contexto, 2008.

MAYNARD, Andreza S.C.; BARBOSA, Caroline Alencar; MAYNARD, Dilton C. S. Segunda Guerra: Histórias de Sergipe. Recife: EDUPE, 2016.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe. Editora UFS. São Cristóvão-Sergipe: 2013.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Noites de terror em mar e terra: o cotidiano em Aracaju (1942-1945). In: PEDREIRA, Flávia de Sá (Org.). Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial. João Pessoa: Ideia, 2ª edição revista e ampliada, 2021, p.189-203.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos Cruz (Orgs.). Dias de luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

NETO, José Maria Gomes de Sousa. Eu fiz tudo pra você gostar de mim: As festas do Estado Novo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge; LAPSKY, Igor (Orgs.). O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.